



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

**Plano Abrangente de Descarbonização do
Tribunal de Justiça do Estado do Espírito
Santo (TJES)
2025-2030**



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SUMÁRIO

Sumário

1 Introdução.....	3
2 Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE).....	4
Objetivo.....	4
Meta.....	4
Metodologia.....	4
Escopo do Inventário.....	4
Escopo 1.....	5
Escopo 2.....	5
Escopo 3.....	5
Ano Base.....	6
Análise dos Resultados.....	6
Relatório e Divulgação.....	6
3 Redução de Emissões.....	7
Eficiência Energética.....	7
Energia Renovável.....	7
Mobilidade Sustentável.....	7
Gestão de Resíduos.....	8
4 Compensação de Emissões.....	8
5 Engajamento e Conscientização.....	9
6 Monitoramento e Relatórios.....	9
7 Conclusão.....	10



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

1 Introdução

O Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo (TJES) reconhece a urgência das mudanças climáticas e a necessidade de contribuir para a redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE).

Como parte de sua responsabilidade socioambiental e alinhado ao Programa "Justiça Carbono Zero" do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e às diretrizes estaduais de sustentabilidade, este plano estabelece diretrizes e metas estratégicas para a descarbonização do TJES no período de 2025 a 2030.

A implementação deste plano permitirá que o TJES reduza significativamente sua pegada de carbono, promovendo a eficiência energética, a utilização de fontes renováveis, a mobilidade sustentável e a gestão inteligente de resíduos. Além disso, ações voltadas para a compensação de emissões e a conscientização dos servidores serão fundamentais para garantir o engajamento de toda a instituição.

Por certo, o primeiro passo para conhecer a dimensão do desafio é realizar o levantamento da quantidade de emissões de gases do efeito estufa (GEE), um processo que envolve a elaboração de um inventário detalhado e abrangente.

Esse inventário deve compreender as emissões diretas (escopo 1), como aquelas provenientes de veículos oficiais e sistemas de aquecimento, as emissões indiretas de GEE relacionadas à aquisição de energia elétrica e térmica (escopo 2), e as emissões indiretas de GEE dos deslocamentos aéreos realizados pelo pessoal a serviço do tribunal (escopo 3). Além disso, o TJES também considerará outras fontes de emissões indiretas, como o consumo de papel e água, para garantir que o inventário seja o mais completo possível.

Ao finalizar o inventário, o TJES poderá identificar as principais fontes de emissões e priorizar as ações mais impactantes para a redução de sua pegada de carbono.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Esse processo será contínuo, com revisões periódicas para ajustar as estratégias e garantir que as metas sejam alcançadas dentro do prazo estabelecido.

Com esse plano, o TJES não apenas contribui para a mitigação das mudanças climáticas, mas também demonstra seu compromisso com a construção de um futuro mais sustentável e justo para as gerações presentes e futuras.

2 Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE)

Objetivo

Identificar e quantificar as principais fontes de emissões do TJES, incluindo consumo de energia, transporte, geração de resíduos e outras atividades institucionais.

Meta

Concluir o inventário inicial até julho de 2025 e atualizá-lo anualmente, garantindo uma base de dados precisa para o desenvolvimento de estratégias mais eficazes de mitigação de impactos ambientais.

Metodologia

Utilização do Protocolo GHG e das diretrizes do CNJ para medição e monitoramento das emissões, possibilitando um diagnóstico detalhado que permitirá a formulação de políticas mais assertivas para redução de emissões.

Escopo do Inventário

Este inventário inclui as emissões diretas e indiretas de GEE relacionadas às atividades do TJES, divididas em dois escopos:



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Escopo 1

Refere-se às emissões diretas provenientes de fontes pertencentes ou controladas pelo TJES. Neste inventário de GEE, serão identificadas e quantificadas as emissões nas seguintes categorias:

- Combustão estacionária: consumo de gás liquefeito de petróleo (GLP) nas copas;
- Combustão móvel: consumo de combustível pela frota locada de veículos institucionais e de serviço, incluindo aqueles movidos a gasolina ou etanol (flex), além de 10 veículos a diesel pertencentes ao Tribunal;
- Emissões fugitivas: contabilizadas as recargas dos extintores de CO₂ e a reposição de gás de refrigeração nos equipamentos de ar-condicionado.

Escopo 2

Emissões indiretas decorrentes do consumo de eletricidade adquirida pelo TJES. Neste inventário, serão quantificadas as emissões de GEE associadas à geração de eletricidade consumida pela organização, proveniente das concessionárias de energia que atendem todo o estado do Espírito Santo.

Escopo 3

Emissões indiretas de Gases de Efeito Estufa (GEE) dos deslocamentos aéreos realizados pelo pessoal a serviço do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo.

Ano Base

De acordo com o Programa Brasileiro GHG Protocol, as instituições devem escolher um ano-base para seu inventário, assegurando que dados de



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

emissões desse ano estejam disponíveis e possam ser verificados conforme as diretrizes do programa. Para a elaboração deste inventário, foi definido o ano de exercício 2025 como ano de referência.

Análise dos Resultados

Para a quantificação das emissões de Gases de Efeito Estufa, será utilizada a ferramenta GHG Protocol versão 2024.0.2, disponibilizada pelo Programa Brasileiro de GHG Protocol no seguinte endereço eletrônico:

<https://eaesp.fgv.br/centros/centro-estudos-sustentabilidade/projetos/programa-brasileiro-ghg-protocol>.

Na aplicação da ferramenta, será selecionado o setor "Comercial ou Institucional" para aplicar os fatores de emissão adequados às atividades do Tribunal de Justiça do Espírito Santo. Os resultados serão analisados para identificar as principais fontes de emissões de GEE e avaliar a performance ambiental do TJES.

Relatório e Divulgação

Os resultados do inventário serão consolidados em um relatório que será disponibilizado a todas as partes interessadas, em alinhamento com o compromisso do TJES com a transparência e a sustentabilidade. Este relatório servirá como base para o planejamento de ações futuras voltadas à redução das emissões de GEE e à mitigação dos impactos ambientais.

3 Redução de Emissões

Eficiência Energética

- Substituição progressiva da iluminação por LED em todas as unidades do TJES, reduzindo o consumo de eletricidade e aumentando a durabilidade das lâmpadas.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

- Estudo para implementação de sensores de presença e sistemas automatizados para otimização do consumo energético, reduzindo desperdícios e aumentando a eficiência operacional.
- Adoção de práticas para o uso consciente da eletricidade, como campanhas internas de economia de energia e manutenção preventiva de equipamentos.

Energia Renovável

- Estudo para instalação de painéis solares fotovoltaicos nos edifícios do TJES para geração de energia limpa e redução da dependência da rede elétrica tradicional.
- Estudo para adesão a programas de compra de energia de fontes renováveis, garantindo que toda a eletricidade consumida pelo TJES seja proveniente de fontes sustentáveis.
- Estudo de viabilidade para implementação de outras tecnologias de energia renovável, como a energia eólica e sistemas de armazenamento de energia.

Mobilidade Sustentável

- Estudo para substituição gradual da frota de veículos oficiais por modelos elétricos ou híbridos, garantindo uma transição suave e eficiente para um transporte mais limpo.
- Análise de incentivo ao uso de biocombustíveis, alinhando-se às diretrizes do governo estadual e reduzindo a emissão de poluentes provenientes da queima de combustíveis fósseis.
- Estudo de viabilidade para a implantação, operação e manutenção de estações de carregamento para veículos elétricos nos prédios do PJES.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

- Estimulo ao uso de transportes coletivos, bicicletas e programas de caronas compartilhadas entre servidores e magistrados, reduzindo o impacto ambiental das locomoções diárias.

Gestão de Resíduos

- Fortalecimento da coleta seletiva e reciclagem nos edifícios do TJES, garantindo a destinação correta dos resíduos gerados.
- Implementação de programas de compostagem para resíduos orgânicos, reduzindo o descarte inadequado e promovendo práticas mais sustentáveis.
- Redução do uso de papel e incentivo à digitalização de processos judiciais e administrativos, eliminando a necessidade de impressões desnecessárias e reduzindo o consumo de recursos naturais.
- Promoção de campanhas educativas sobre descarte correto de resíduos e incentivo à reutilização de materiais.

4 Compensação de Emissões

- Direcionamento das prestações pecuniárias como espécie de pena restritiva de direito às ações de sustentáveis plantio de árvores ou desassoreamento de rios.
- Parcerias com programas estaduais e municipais de sequestro de carbono, permitindo que o TJES neutralize suas emissões remanescentes.
- Apoio a iniciativas de conservação ambiental, como o financiamento de pesquisas e projetos voltados para a mitigação dos impactos climáticos.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

5 Engajamento e Conscientização

- Desenvolvimento de campanhas internas para sensibilização sobre mudanças climáticas, enfatizando a importância da descarbonização e das práticas sustentáveis.
- Realização de treinamentos periódicos para servidores sobre práticas sustentáveis no ambiente de trabalho e nas atividades diárias.
- Criação de uma plataforma de comunicação interna para compartilhamento de boas práticas, resultados alcançados e novas iniciativas relacionadas à sustentabilidade.
- Promoção de eventos e palestras com especialistas para ampliar o conhecimento e o engajamento dos servidores em ações climáticas.

6 Monitoramento e Relatórios

- Implementação de um sistema de monitoramento contínuo de emissões, permitindo a análise precisa dos avanços e desafios na redução da pegada de carbono do TJES.
- Publicação anual de relatórios detalhados sobre os progressos alcançados e ajustes necessários para o aprimoramento das estratégias adotadas.
- Estabelecimento de metas intermediárias para garantir que o TJES esteja no caminho correto para alcançar a neutralidade de carbono até 2030.
- Criação de um comitê de sustentabilidade responsável por fiscalizar e promover melhorias no plano de descarbonização.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

7 Conclusão

Este plano estabelece um caminho estruturado inicial para que o TJES alcance a neutralidade de carbono até 2030. A implementação e o monitoramento contínuo das ações propostas garantirão que a instituição reduza suas emissões de maneira eficaz e contribua significativamente para a mitigação dos impactos das mudanças climáticas. Além disso, o engajamento de servidores e magistrados será fundamental para transformar a cultura organizacional e consolidar o compromisso do TJES com a sustentabilidade e a preservação do meio ambiente.